

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

ABRIL/2006 v. 12, n. 04

ISSN 0104-9755

IMPRESSO

RESUMOS

Organização e Funcionamento do Sistema de Planejamento do SUS

Os gestores do SUS vêm se empenhando continuamente em planejar, monitorar e avaliar as ações e os serviços de saúde. Tais esforços têm contribuído para importantes avanços registrados pelo SUS nestes 17 anos de sua criação. Entre estes, podemos citar a criação do Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS), descrito no presente documento. O PlanejaSUS é uma ferramenta importante para dotar os gestores – de forma oportuna, segundo as especificidades de cada nível de direção do SUS – do planejamento de que necessitam para a oferta de ações e serviços capazes de promover, proteger e recuperar a saúde da população brasileira. O PlanejaSUS confere especial atenção à observância da diretriz relativa à direção única do SUS em cada esfera de governo e, ao mesmo tempo, à co-responsabilidade de todos os entes federados para com a saúde da população, que, como necessidade humana básica, é estratégica para a qualidade de vida e, por consequência, para a felicidade pessoal e coletiva.



Política Nacional de Atenção às Urgências



A Política Nacional de Atenção às Urgências se insere no escopo de ações para a construção do Sistema Único de Saúde, tendo como diretrizes a universalidade, a integralidade, a descentralização e a participação social, bem como a humanização a que todo cidadão tem direito. A implantação da referida política é uma vitória da população brasileira e é fruto do trabalho conjunto do Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, com os estados e os municípios. Com a primeira etapa de implantação da política, 68 milhões de brasileiros passarão a ter acesso ao Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (Samu). A atenção às urgências deve fluir em todos os níveis do SUS, organizando a assistência desde as unidades básicas, as equipes de saúde da família até os cuidados pré-hospitalares na convalescença, na recuperação e na reabilitação. Este livro trata das diretrizes da citada política.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em DST/HIV/Aids no Brasil

Neste momento de profundas transformações na economia e na sociedade em escala global, a produção de conhecimento no enfrentamento dos novos desafios da saúde pública, como a complexidade da epidemia do HIV/aids e a disseminação das doenças sexualmente transmissíveis (DST), assume importância crucial no cenário internacional. Esta colaboração entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência e Tecnologia visa ao fortalecimento da excelência neste campo e à criação de instrumentos e estratégias que permitam a implementação de uma efetiva política para a capacitação nacional no desenvolvimento tecnológico de fármacos e medicamentos, vacinas, microbicidas, kits para diagnóstico e monitoramento de preservativos. Este livro objetiva disponibilizar os resultados do esforço do governo brasileiro nesse sentido.



MONOGRAFIAS

DST/AIDS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em DST/Aids no Brasil.** Brasília, 2005. 472 p. (Série Estudos, Pesquisas e Avaliação n° 10).

HOLST, Jeans (org.). **Proteção social universal e resposta integral ao HIV/Aids:** atuais desafios e perspectivas dos sistemas de saúde na América Latina e no Caribe. Deutsche:Technische Zusammenarbeit, 2005.63 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Pesquisa entre conscritos do exército brasileiro 1996-2002:** retratos do comportamento de risco do jovem brasileiro à infecção pelo HIV. Brasília, 2006. 126 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Controle das doenças sexualmente transmissíveis DST:** guia de bolso. 2. ed. Brasília, 2006. 108 p. (Série Manuais, 24).

MATERNIDADE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual normativo para profissionais de saúde de maternidades:** referência para mulheres que não podem amamentar. Brasília, 2006. 32 p. (Série Manuais).

NUTRIÇÃO

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia prático de preparo de alimentos para crianças menores de 12 meses que não podem ser amamentadas.** Brasília, 2005. 48 p. (Série Manuais).

SAÚDE BUCAL

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A política nacional de saúde bucal do Brasil:** registro de uma conquista histórica. Brasília, 2006. 70 p. (Série técnica desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde, 11). ISBN 85-879-4356-1.

SAÚDE E EQÜIDADE ÉTNICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Programa Estratégico de Ações Afirmativas:** população negra e Aids. Brasília, 2006. 60 p.

SAÚDE INDÍGENA

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Ai'uté höiba na hã = A saúde da criança Xavante.** Brasília, [200-]. 37 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA, 4., 2006, Caldas Novas. **Documento técnico.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 46 p.

SERVIÇOS DE SAÚDE PARA MULHER

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual:** matriz

pedagógica para formação de redes. Brasília, 2006. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1018-2.

SUS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. **Organização e funcionamento do sistema de planejamento do SUS (PlanejaSUS)**. Brasília, 2006. 52 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1089-1.

URGÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção às Urgências**. 2. ed. Brasília, 2006. 244 p. (Série E. Legislação de Saúde). ISBN 85-334-0854-4.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Regulação médica das urgências**. Brasília, 2006. 119 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1062-X.

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA. São Paulo: Associação Arquivos de Neuro-psiquiatria Dr. Oswaldo Lange, v. 64, n. 1, mar. 2006.

BRAZILIAN JOURNAL OF MEDICAL AND BIOLOGICAL RESEARCH. São Paulo: USP, v. 39, Mar. 2006.

SAÚDE, BRASIL. Brasília: Ministério da Saúde, n. 119, mar. 2006.

CADERNOS RH SAUDE. Brasília: Ministério da Saúde, v. 3, n. 1, mar. 2006.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. São Paulo: APM, n. 565, mar. 2006.

REVISTA RET-SUS: rede de escolas técnicas do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, n. 16, mar. 2006.

CD-ROM

PERIÓDICOS

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA = REPORTS IN PUBLIC HEALTH. São Paulo: FSP/USP, v. 22, n. 3, mar. 2006.

RADIS: Comunicação em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 43, mar. 2006.

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL 42., 2006, Teresina. **Resumos**. Brasília: SBMT, 2006. 1 CD ROM.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **SIGTrabalho**: Sistema Gerencial para Gestão do Trabalho. Brasília, 2006. 1 CD-ROM.

28 DE ABRIL

Dia Internacional das Vítimas de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais

A eliminação ou a redução da exposição às condições de risco e a melhoria dos ambientes de trabalho para promoção e proteção da saúde do trabalhador constituem um desafio que ultrapassa o âmbito de atuação dos serviços de saúde, exigindo soluções técnicas, às vezes complexas e de elevado custo. Em certos casos, medidas simples e pouco onerosas podem ser implementadas, com impactos positivos e protetores para a saúde do trabalhador e o meio ambiente.

O controle das condições de risco para a saúde e melhoria dos ambientes de trabalho envolve as seguintes etapas: (1) identificação das condições de risco para a saúde presentes no trabalho; (2) caracterização da exposição e quantificação das condições de risco; (3) discussão e definição das alternativas de eliminação ou controle das condições de risco; (4) implementação e avaliação das medidas adotadas.

É muito importante que os trabalhadores participem de todas as fases desse processo, pois, como foi assinalado no capítulo anterior, em muitos casos, a despeito

de toda sofisticação técnica, apenas os trabalhadores são capazes de informar sutis diferenças existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho real, que explicam o adoecimento e o que deve ser modificado para que se obtenha os resultados desejados. Na atualidade, a preocupação com o meio ambiente e a saúde das populações residentes na área de influência das unidades produtivas vem fortalecendo o movimento que busca a mudança de processos de trabalho potencialmente lesivos para a saúde das populações e o ambiente, o que pode ser um aliado importante para a saúde do trabalhador.

O reconhecimento das condições de risco no trabalho envolve um conjunto de procedimentos que visam a definir se existe ou não um problema para a saúde do trabalhador e, no caso afirmativo, a estabelecer sua provável magnitude, a identificar os agentes potenciais de risco e as possibilidades de exposição. É uma etapa fundamental do processo que, apesar de sujeita às limitações dos recursos disponíveis e a erros, servirá de base para a decisão

quanto às ações a serem adotadas e para o estabelecimento de prioridades.

Reconhecer o risco significa identificar, no ambiente de trabalho, fatores ou situações com potencial de dano, isto é, se existe a possibilidade de dano. Avaliar o risco significa estimar a probabilidade e a gravidade de que o dano ocorra. Para reconhecer as condições de risco é necessário investigar as possibilidades de geração e dispersão de agentes ou fatores nocivos associados aos diferentes processos de trabalho, às operações, às máquinas e a outros equipamentos, bem como às diferentes matérias-primas, aos produtos químicos utilizados, aos eventuais subprodutos e aos resíduos.

Os possíveis efeitos dos agentes potencialmente presentes sobre a saúde devem ser estudados. Assim, o conhecimento disponível sobre os riscos potenciais que ocorrem em determinada situação de trabalho deve ser acompanhado de uma observação cuidadosa in loco das condições reais de exposição dos trabalhadores.

Exemplos de agentes químicos e outros contaminantes atmosféricos que podem oferecer risco para a saúde dos trabalhadores expostos

Formas	Agentes	Situação de produção e/ou utilização
Líquida, gasosa ou de partículas	Ácido cianídrico	Galvanoplastia, fumigação.
	Ácido sulfídrico	Decomposição de matéria orgânica, indústria de rayon pelo processo viscoso.
	Arsênio	Refinação do cobre, fabricação e uso de pesticidas, fabricação de vidro, produtos farmacêuticos, preservação da madeira, indústria do couro, etc.
	Benzeno	Coquearias, indústria química e petroquímica ou como impureza em certos solventes, etc.
	Chumbo	Mineração, refinação, fundição, fabricação de baterias e pilhas, tintas e pigmentos, cerâmica, recuperação de sucata, indústria química, etc.
	Mercúrio	Processo cloro-álcali, equipamentos eletrônicos, fabricação de pilhas, indústria farmacêutica, de pesticidas, termômetros, manômetros, barômetros, etc.
	Monóxido de carbono	Formado em processos de combustão incompleta, motores de combustão interna, etc.
	Solventes (hidrocarbonetos alifáticos, clorados, aromáticos)	Indústria química, lavanderia com limpeza a seco, desengraxamento de peças, limpeza de metais, etc.
Poeiras minerais e vegetais*	Asbesto (utilizado ou removido)	Mineração, beneficiamento, manufatura de produtos têxteis de amianto e de lonas de freios, cimento-amianto e sua utilização na construção civil, etc.
	Silica livre cristalina	Mineração (de ouro, cobre), pedreiras de granito ou de arenito, fabricação de abrasivos, fundições, construção civil, utilização de jato de areia, etc.
	Carvão mineral	Mineração de carvão.
	Algodão	Preparação, carda e fiação.
	Sisal	Fabricação de cordas.
	Poeira de madeira	Serraria, fábricas de móveis e outros artefatos de madeira, construção civil, etc.

*As poeiras também são agentes químicos, mas são classificadas como um grupo a parte para facilitar a compreensão.

(Trechos retirados da publicação "Doenças Relacionadas ao Trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde", Brasília, Ministério da Saúde, 2001). (Com adaptações).

EXPEDIENTE

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria-Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 – Brasília/DF – Tels. (61) 3315-2410/2344 e 3315-2280 – Fax: (61) 3315-2563 – Tiragem: 1.150 exemplares – Produzido pela EDITORA MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. OS 0604/2006.

Jornalista responsável: Paulo Henrique de Castro (4136/13/99/DF) – As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> – Fale conosco: e-mail: biblioteca@saude.gov.br – Produtos da Biblioteca: e-mail: produtosbib@saude.gov.br – Acesse também o Portal da Saúde: <<http://www.saude.gov.br>>.

ISSN 0104-9755



9 97 7 0104 9755 0 09

Ministério da Saúde

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL